Atividade Legislativa



Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2012

Autoria: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Iniciativa:

Ementa:

Estabelecer o direito de renúncia à prescrição penal.

Explicação da Ementa:

Altera o Código Penal e o Código de Processo Penal para assegurar ao acusado o direito de renúncia à prescrição, se feita de forma expressa e depois que a prescrição se consumar; dispõe que no caso de prescrição da pretensão punitiva, o juiz, antes de declarar a extinção da punibilidade, deverá intimar o acusado para que se manifeste, no prazo de cinco dias, acerca do direito de renúncia à prescrição.

Assunto: Jurídico - Processo

Data de Leitura: 18/04/2012

Tramitação encerrada

Decisão: Arquivada ao final da Legislatura (art. Último local:

Destino: Ao arquivo Último estado: 21/12/2018 - ARQUIVADA AO FINAL

DA LEGISLATURA

Despacho:

18/04/2012 (Despacho Inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Randolfe Rodrigues (encerrado em 21/12/2018 - Fim de Legislatura)

TRAMITAÇÃO

21/12/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Ação: A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno.

21/12/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura.

27/02/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Atividade Legislativa



Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2012

TRAMITAÇÃO

Ação: Matéria pronta para a Pauta na Comissão, com voto do Senador Randolfe Rodrigues, pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

emendas que apresenta.

23/12/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2 de

2014.

01/08/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº

1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no

sistema eletrônico próprio.

03/10/2013 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido às 17h40 relatório do Senador Randolfe Rodrigues, com voto pela aprovação do Projeto, com duas emendas que

apresenta.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão

10/05/2012 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Randolfe Rodrigues, para emitir relatório.

26/04/2012 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Matéria aguardando distribuição.

20/04/2012 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Prazo para apresentação de emendas:

Primeiro dia: 20/04/2012. Último dia: 26/04/2012.

19/04/2012 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Recebido na CCJ às 13 horas.

Matéria sobre a Mesa desta Comissão, aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas e posterior distribuição.

18/04/2012 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Atividade Legislativa



Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2012

TRAMITAÇÃO

Ação: Leitura.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Publicado no DSF Páginas 13417-13418

18/04/2012 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 03 (três) folhas numeradas e rubricadas.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 111/2012

Data: 18/04/2012

Autor: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Local: null

Descrição/Ementa: Estabelecer o direito de renúncia à prescrição penal.

Avulso inicial da matéria

Data: 18/04/2012

Autor:

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas por um período de cinco

dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Relatório Legislativo

Data: 03/10/2013

Autor: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido às 17h40 relatório do Senador Randolfe Rodrigues, com voto pela aprovação do Projeto, com duas emendas que

apresenta.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.